

1º de outubro de 1822 — mês fatídico para a imprensa o de outubro do ano da Independência — o quinzenário *O Maribondo*, redigido pelo padre José Marinho Falcão Padilha, sob o pseudônimo de Manuel Paulo Quintela, mestre régio de Retórica. Apresentava, no alto, espavorido corcunda, o português que a alcunha e a imagem identificavam, acossado por enxame de maribondos, símbolos dos brasileiros. Só isso seria suficiente para lhe definir o nativismo. Os textos eram correspondentes. Por isso mesmo, ao cair a junta presidida por Gervásio Pires Ferreira, o redator escreveu: “Em uma província onde as armas têm o império da lei e onde se procura sustentar partidos à custa do sangue de seus conterrâneos, não é possível que se possa escrever com liberdade; e por isso participamos ao público ser o derradeiro nº do nosso periódico este que se acha na tipografia desde algum tempo antes dos últimos sucessos desta malfadada província”.

Na Corte, a 29 de julho, começaria a circular, sintomaticamente, o semanário *Regulador Brasílico-Luso*, redigido por frei Francisco de Sampaio e por Antônio José da Silva Loureiro, que apareceu até 12 de março de 1823, defendendo a união entre Brasil e Portugal e o governo andradista. Passou a denominar-se, depois do Sete de Setembro, *Regulador Brasileiro*, mas só o foi no título. “Foi a nossa primeira folha oficiosa, no sentido de servir o governo à custa dos cofres públicos”, informa Rizzini. José Bonifácio mandou que lhe dessem papel, confessou que solicitara às províncias assinaturas para ele e financiou mesmo a sua circulação. Saía com 10 a 20 páginas in 4º e custava 7\$200 a assinatura anual. Não publicava notícias, resumindo-se na doutrinação elaborada por frei Sampaio, traduzida ou transcrita. Quando desapareceu esse exemplo de imprensa áulica, passou o frade a dirigir o *Diário do Governo*, nome com que circulou, depois da Independência, a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Era autêntica vocação para o aulicismo.

Quando começou a circular, a 14 de setembro de 1822, a *Gazeta Pernambucana* não se sabia, no Recife, da proclamação da Independência. Mas o jornal não pretendia mesmo participar das lutas políticas. A intenção de Manuel Clemente Cavalcanti de Albuquerque, sócio da única tipografia existente na cidade, era apenas informar. Mas, a partir do quarto número, de 9 de novembro, mudou de rumo: pela mão do padre Venâncio Henriques de Rezende, mergulhou nas controvérsias gerais e locais, particularmente quando, convocado o padre para a Constituinte, substituiu-o Cipriano Barata que já era o combativo e conhecido redator da *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco*. Preso Barata, restou a Manuel Cavalcanti a obrigação de redator, colocando o jornal a serviço da causa do governo, depois da dissolução da Constituinte, o que levou os revolu-